

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados,

Este ano é o primeiro ano de governação do quinto mandato do Governo da RAEM. Os trabalhos da Área da Administração e Justiça serão executados em conformidade com as acções governativas do Chefe do Executivo, destacando-se a reforma da administração pública, a melhoria do regime jurídico e a facilitação da vida da população na prestação dos serviços municipais. Vou fazer agora uma breve apresentação às Senhoras e Senhores Deputados sobre o plano dos principais trabalhos da Área da Administração e Justiça do corrente ano.

Uma das prioridades da acção governativa do presente Governo é precisamente a reforma da administração pública e a Área da Administração e Justiça desempenha um papel fundamental nessa tarefa. De acordo com a orientação do Governo da RAEM quanto à reforma da administração pública, iremos resolver os problemas encontrados, elaborar planos e propostas, e envidaremos todo o nosso esforço para promover e implementar as diversas tarefas da reforma da administração pública.

Para promover a reforma da administração pública, é necessário, em primeiro lugar, analisar e resolver, sucessivamente, os problemas existentes há um longo período de tempo, nos quais se destacam: a sobreposição de estruturas e cruzamento de funções no âmbito da configuração de serviços públicos, o recrutamento complexo e distribuição inadequada de trabalhadores no âmbito da gestão de pessoal, a falta de coordenação, de interconexão e intercomunicação no âmbito do Governo Electrónico, a coordenação difícil e andamento moroso

no âmbito dos trabalhos interdepartamentais, a falta de clareza dos objectivos e de resultados notórios no âmbito da formação dos trabalhadores dos serviços públicos.

Presentemente, estamos a recolher toda a informação dos serviços públicos para proceder à análise e balanço, servindo de fundamento para a elaboração do plano da reforma da administração pública. Conforme as linhas de acção sob o princípio de “a reorganização de problemas precede a reforma” definido pelo Chefe do Executivo e considerando a relação entre as funções, direitos e responsabilidades dos serviços públicos, iremos elaborar um plano geral da reforma da administração pública, determinar os assuntos da reforma, as fases, os prazos de implementação e os resultados pretendidos. Será realizada, neste ano, uma consulta relativa ao plano da reforma da administração pública, de modo a reunir os alargados conhecimentos e implementar, de forma ordenada, os trabalhos de acordo com a calendarização pré-definida.

A fim de resolver o problema da existência de um número excessivo de serviços públicos e de sobreposição de funções, iremos determinar padrões e princípios uniformizados, regulamentando os trabalhos de reestruturação de funções e estruturas dos serviços públicos. Numa primeira fase, iremos integrar as funções do Gabinete do Porta-voz do Governo no Gabinete de Comunicação Social e as do Gabinete de Gestão de Crises do Turismo na Direcção dos Serviços de Turismo, proceder à fusão dos Serviços de Apoio da Sede do Governo e do Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, passando a constituir a Direcção dos Serviços para os Assuntos da Sede do Governo, proceder à fusão da Direcção dos Serviços de Economia, do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia e Transferência Electrónica de Dados - Macau EDI VAN, S.A., passando a designar-se por

Direcção dos Serviços de Desenvolvimento da Economia e das Ciências e Tecnologia, integrar as funções do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético na Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e proceder à fusão da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e da Direcção dos Serviços do Ensino Superior.

A implementação do Governo Electrónico é uma componente essencial da reforma da administração pública. Na prevenção e controlo da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus, demonstraram a necessidade e a importância da implementação do Governo Electrónico. No corrente ano, iremos desenvolver o respectivo trabalho através de dois aspectos: melhoria da construção do sistema jurídico e de infra-estruturas e uniformização das plataformas da prestação de serviços.

A lei da “Governação Electrónica” já foi aprovada pela Assembleia Legislativa e entrará em vigor a 27 de Setembro do corrente ano. Estamos empenhados no trabalho de produção do respectivo regulamento complementar, e prevê-se que seja aprovado em Junho. No âmbito da construção de infra-estruturas, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) irá otimizar o Centro de computação em nuvem de uso exclusivo do Governo da RAEM e de várias plataformas de dados, para proporcionar uma garantia segura e eficaz das infra-estruturas na aplicação inteligente e gestão de dados dos serviços públicos.

O SAFP vai otimizar as funções das plataformas electrónicas uniformizadas de divulgação, tais como o Portal do Governo da RAEM e a aplicação «Acesso comum aos serviços públicos da RAEM», para divulgar atempadamente informações dos serviços públicos e dados referentes à organização dos serviços prestados à sociedade. O SAFP vai ainda lançar uma

plataforma electrónica e uma aplicação para telemóvel do uso exclusivo dos serviços públicos, de modo a reforçar a transmissão de informações e comunicação interdepartamental e interpessoal, aumentando-se a eficiência da gestão administrativa.

Actualmente, uma parte dos serviços públicos implica a cooperação interdepartamental, mas a falta de clareza na divisão de trabalhos e a insuficiência nos trabalhos de coordenação, entre outros problemas, têm impedido a resolução de problemas que têm preocupado a população há muito tempo. A fim de elevar a eficácia do trabalho interdepartamental, vamos analisar e identificar os problemas existentes no actual mecanismo de cooperação interdepartamental, e apresentar propostas de solução. Ao mesmo tempo, iremos escolher, a título experimental, os problemas de repetição de obras de escavação nas vias públicas e de infiltrações de água nos edifícios, que mais preocupam a sociedade e com mais queixas da população, os quais terão um acompanhamento prioritário.

No âmbito da gestão de pessoal, as disposições sobre as competências e o regime de delegação de competências dos dirigentes e chefias já vigoram há muito tempo, torna-se necessário proceder a uma revisão de acordo com o desenvolvimento social. Iremos rever o regime de delegação de competências e o regime de responsabilização dos titulares de cargos públicos, clarificando as competências e responsabilidades. Quanto ao recrutamento de pessoal, a morosidade do processo de recrutamento não só afecta a organização dos trabalhos do serviço, mas também o plano de vida dos candidatos. Iremos rever o regime de recrutamento da função pública, otimizar os procedimentos de abertura de concursos e elevar a eficiência do recrutamento.

Actualmente, no âmbito da formação dos trabalhadores da função pública,

há falta de clareza dos objectivos, de uma rigorosa gestão e de resultados notórios. O SAFP procederá a um novo planeamento a partir dos objectivos, das formas e das instituições de formação, conjugando com a orientação das linhas de acção governativa da RAEM e com o desenvolvimento da vida profissional dos trabalhadores dos serviços públicos. Este ano, em colaboração com a Universidade de Macau, vai organizar cursos, para a constituição de uma reserva de quadros com profissionalismo e capacidade de gestão para o Governo da RAEM.

Para aperfeiçoar o sistema jurídico da RAEM, o Governo da RAEM tem que otimizar o actual mecanismo de coordenação e concertação da produção legislativa. No âmbito dos trabalhos de coordenação da produção legislativa realizados no passado, a falta de clareza sobre os critérios para a elaboração de projecto do planeamento legislativo e a insuficiência de estudo prévio sobre os projectos legislativos, conduziram a que a taxa de execução dos projectos incluídos nos planos legislativos anuais não fosse elevada. Iremos definir os princípios de elaboração do planeamento legislativo, determinar os projectos legislativos prioritários, elaborar o planeamento legislativo assente em base realista e proceder a uma implementação rigorosa. Por outro lado, iremos tomar medidas para reforçar o papel de coordenação e concertação do serviço da área jurídica nos trabalhos de produção legislativa.

Este ano, iremos dar prioridade aos projectos legislativos que reflectam as solicitações prementes da sociedade há longa data, tais como o Regulamento de segurança contra incêndios e o Regime jurídico da construção urbana. Para além disso, no intuito de melhor promover os trabalhos de renovação urbana e melhorar o ambiente habitacional dos residentes dos bairros antigos, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) vai elaborar o Regime jurídico da renovação urbana. Com o objectivo de promover a industrialização, a

padronização e a internacionalização do desenvolvimento da medicina tradicional chinesa em Macau, será elaborado um regime jurídico relativo ao registo de medicina tradicional chinesa.

No âmbito do trabalho legislativo deste ano, a DSAJ irá recorrer às instituições académicas e aos profissionais, tanto locais como do exterior, para darem apoio técnico na produção legislativa das áreas envolvidas, concomitantemente, proporcionando oportunidades de aprendizagem e formação ao pessoal jurídico dos serviços públicos. A DSAJ continuará a promover, de forma ordenada, a revisão legislativa, com base no balanço baseado na experiência profissional adquirida. Ao mesmo tempo, relativamente à legislação previamente vigentes que se encontram ainda em vigor, a DSAJ procederá à respectiva integração e adaptação de acordo com a Lei de Reunificação e em articulação com todo o ordenamento jurídico da RAEM.

No corrente ano, a DSAJ irá reforçar a promoção e divulgação do ordenamento jurídico, que assente na Constituição e na Lei Básica, sendo intensificada a promoção e divulgação da Constituição junto dos trabalhadores dos serviços públicos e dos jovens, com o lançamento de mais programas de generalização jurídica direccionados a diferentes grupos etários, sectores e comunidades, através de diversos meios e formas de divulgação, como *internet* e redes sociais.

Para a implementação das exigências previstas nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e a promoção da construção da “zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin”, a DSAJ irá aprofundar a cooperação entre as regiões de Guangdong, Hong Kong e Macau na prestação de serviços

jurídicos, nomeadamente o intercâmbio e a cooperação com a cidade de Zhuhai no âmbito da advocacia e do notariado. Reforçar-se-á ainda o intercâmbio e a cooperação com os países lusófonos nas áreas da cooperação judiciária e da formação profissional de natureza jurídica, desenvolver-se-ão negociações com os países situados ao longo do percurso “Uma Faixa, Uma Rota” e os países vizinhos sobre acordos de cooperação judiciária, e ainda, elaborar-se-á o relatório sobre o cumprimento das convenções internacionais aplicáveis em Macau.

O reforço da saúde pública e a construção de uma cidade saudável são trabalhos a longo prazo dos serviços municipais. Neste ano, iremos reordenar e renovar as 83 instalações sanitárias públicas existentes em Macau, melhorar a gestão e manutenção diária dos sanitários públicos, proporcionando aos cidadãos e turistas um ambiente mais agradável e confortável, bem como, concretizar a política “Trabalho Sim, Caridade Não” do Governo da RAEM, para promover o emprego dos trabalhadores locais. O Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) irá realizar, em conjunto com as associações civis, actividades de limpeza comunitária e consolidar os trabalhos de limpeza e desinfeção das instalações públicas.

No corrente ano, o IAM irá acelerar a implementação da “Obra de construção de *Box-Culvert* da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior”, a fim de atenuar o problema de inundação dessa zona. Relativamente às ilhas, será realizada a obra de construção de válvulas de maré ao longo das áreas costeiras da Taipa, de modo a aperfeiçoar o sistema de drenagem e prevenir o avanço das águas do mar.

Tendo em consideração a localização dos actuais contentores de lixo nas

ruas e depósitos de lixo fechados, o IAM irá neste ano seleccionar 8 a 10 locais apropriados para a instalação de contentores de compressão de lixo ou depósitos de lixo fechados, a fim de reduzir o número de contentores de lixo de grande dimensão nas ruas e melhor gerir os trabalhos de recolha.

A partir deste ano, o IAM vai construir de forma faseada um corredor costeiro verde que ligará o Centro de Ciência, a Estátua de Kun Iam e a Barra, proporcionando à população um espaço costeiro de lazer. A área total das obras de construção da primeira fase é de cerca de 15 mil metros quadrados, cujo comprimento é aproximadamente de 370 metros, prevendo-se que as obras sejam concluídas e essa parte do corredor seja aberta aos cidadãos até ao final do ano. A abertura do concurso para o planeamento e concepção da segunda fase também será realizada este ano.

A fim de melhorar o ambiente dos bairros antigos, o IAM procederá, com as associações cívicas profissionais e instituições universitárias, ao planeamento e reordenamento dos bairros da Areia Preta, Iao Hon, da Praça de Ponte e Horta e do Porto Interior, bem como, serão realizadas obras de optimização dos passeios de Macau e das ilhas, com vista a encorajar os cidadãos a adoptarem uma deslocação verde.

A fim de melhor aproveitar os escassos recursos de terrenos e criar mais espaços de lazer para os cidadãos, especialmente espaços para actividades ao ar livre para os jovens, o IAM irá aproveitar de forma razoável vários terrenos abandonados, construindo um parque de campismo de aventura para os jovens junto da praia de Hac Sá, campos desportivos provisórios e espaços de lazer na Península de Macau e nas ilhas, bem como dar início às obras de ampliação das ciclovias da Taipa, proporcionando aos cidadãos espaços desportivos ao ar livre



mais convenientes e de melhor qualidade. Iremos reforçar a arborização urbana, elevando integralmente os resultados da arborização de Macau e otimizando a qualidade do ambiente de vida dos residentes.

Divulgaremos atempadamente os preços médios dos principais alimentos frescos e animais vivos vendidos nos diversos mercados municipais, através de diferentes meios, no sentido de aumentar a sua transparência. Em paralelo, tem-se também incentivado este sector a explorar activamente novas fontes de abastecimento de produtos, bem como a promover a estabilidade dos preços dos alimentos frescos e animais vivos. O IAM irá acelerar as obras de melhoria do Mercado Vermelho, Mercado Municipal da Horta da Mitra e Mercado Municipal da Taipa, e ainda as instalações complementares nas zonas circundantes. Por outro lado, irá reforçar as inspecções sanitárias, os trabalhos de limpeza e desinfeção dos mercados, a fim de prestar aos cidadãos um serviço mais limpo e salutar nos mercados municipais.

Este ano, o IAM irá aperfeiçoar os critérios e as orientações no âmbito da segurança alimentar, executar as inspecções sanitárias e de quarentena, assim como, consolidar o sistema de prevenção e controlo da segurança alimentar. Em paralelo, irá empenhar-se na cooperação e intercâmbio regional e internacional e manter uma comunicação estreita sobre as informações de segurança alimentar com o local de fornecimento dos produtos alimentares a Macau, a fim de construir, em conjunto, uma rede de segurança alimentar.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A epidemia da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus constitui um grande desafio para a acção governativa do Governo da RAEM, mas

também é uma prova da sua capacidade governativa. Sob a liderança do Chefe do Executivo, os colegas da área da administração e justiça, juntamente com toda a equipa de trabalhadores dos serviços públicos, irão empenhar-se para dar o seu contributo para a construção e o desenvolvimento da RAEM.